**ESCOLAS, CURSOS E SUBVENÇÕES DO ESTADO DO RN: O ENSINO PROFISSIONAL EM FOCO NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Karla Katielle Oliveira da Silva

Mestra em Educação- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Graduanda em Pedagogia - Universidade Federal do Rio Grande do Norte karlaoliv.ep@gmail.com

Olívia Morais de Medeiros Neta

Doutora em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

olivianeta@gmail.com

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo geral compreender como se configurou o ensino profissional no Rio Grande do Norte no período da Primeira República. Para tanto, utilizou-se a metodologia da análise documental por meio do mapeamento dos decretos, das legislações e mensagens dos governadores do recorte temporal em estudo, na perspectiva da abordagem qualitativa para análise dos dados. Na pesquisa, foram analisados 492 (quatrocentos e noventa e dois) documentos em que evidenciam estratégias do Estado do RN referente ao ensino profissional de iniciativas como: a criação de escolas, cursos e subvenções. Dentre as ações do Estado do RN foram identificadas as criações de instituições voltadas ao ensino profissional na Primeira República, a saber: a Escola Normal de Natal, Escola de Música, Faculdade de Farmácia de Natal e Escola Doméstica de Natal. Diante disso, pretende-se com o presente estudo contribuir para as pesquisas referentes à temática da história da educação; como também para novos debates para a história da educação profissional norte-riograndense.

Palavras-chave: Ensino profissional. Primeira República. Escolas profissionais.

1.INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo geral compreender como se configurou o ensino profissional no Rio Grande do Norte no período da Primeira República. Nesse sentido, surgiram as seguintes indagações: Como o ensino profissional é mencionado nas legislações do RN no período da Primeira República? Quais os tipos de ações do RN frente ao ensino profissional no período citado? De que forma as escolas profissionais foram organizadas pelo Estado do RN?

Para tanto, utilizou-se a metodologia da análise documental por meio do mapeamento dos decretos, das legislações e mensagens dos governadores do recorte temporal em estudo, na perspectiva da abordagem qualitativa para análise dos dados. O mapeamento realizado considerou ainda os seguintes aspectos: o recorte temporal, a quantidade de documentos e os indícios de criação de Escolas Profissionais ou cursos.

O recorte temporal justifica-se pelas reformas de ensino primário do RN que foram implementadas pelos governos estaduais, os quais ocasionaram mudanças na organização da educação norte-rio-grandense, contexto em que se insere o objeto de estudo. Nesse sentido, pretende-se compreender a escolarização primária, bem como a configuração de ensino profissional e as iniciativas como criação de escolas dos governos estaduais. Diante disso, pretende-se ainda com o presente estudo contribuir para as pesquisas referentes à temática da história da educação; como também para novos debates no âmbito da educação profissional norte-riograndense.

2. ESCOLAS, CURSOS E SUBVENÇÕES DO ESTADO DO RN

No Brasil, a Primeira República também se tornou conhecida como “República dos Coronéis”, donos de propriedades rurais que dominavam o poder nas suas localidades. No ponto de vista eleitoral, eles também controlavam os votos, uma vez que não era secreto, para também favorecer a troca de favores entre os candidatos que atendessem os seus próprios interesses. Os coronéis repassavam os votos aos chefes políticos de cada Estado. (FAUSTO, 1995, p. 263-264)

É relevante mencionar que os Estados, principalmente os do Nordeste brasileiro disputavam os benefícios do governo federal, tendo em vista que sofriam os rebatimentos da carência de recursos. Por isso, existia uma competitividade em relação aos impostos. (FAUSTO, 1995, p. 270).

O Rio Grande do Norte na época da República, assim como as regiões do Nordeste brasileiro, era formado por uma economia de base que atendia as outras localidades do país, dependendo da exportação e produtos como algodão e açúcar. Segundo Santos (1994, p. 104), “[...] o algodão continuava sendo o principal produto da economia norte-rio-grandense, apesar de sua baixa de preço. Ele se expandia lentamente pelas terras do interior onde antes predominava a gadaria. ” Esta última oligarquia “[...] defendia os interesses econômicos dos grupos ligados à atividade algodoeira; enquanto aquela, envolvida desde o início do povoamento e colonização do Rio Grande do Norte interesses do açúcar, defendia a atividade açucareira.” (TRINDADE, 2010, p. 161).

Tendo como base o contexto norte-rio-grandense, menciona-se que referente ao projeto de ensino profissional, no período republicano, a proposição consistia de uma

sociedade voltada para o trabalho do mesmo modo na valorização dos ideais de ordem e progresso da burguesia formada pela elite, urbanização e industrialização. Portanto, era necessária uma redenção moral para os perigosos que eram aqueles considerados ociosos, os pobres, desvalidos por meio do saneamento da pobreza através do trabalho. (CUNHA, 2005).

Para compreender o ensino profissional no Rio Grande do Norte, é relevante assinalar o contexto político e social da educação primária do Estado e as legislações que propuseram mudanças nas cidades brasileiras como a implantação de grupos escolares, reformas de ensino e construção de prédios.

As construções de edifícios escolares, em sua maioria, eram financiadas pelos governos estaduais e a suas arquiteturas deveriam ser destacadas em comparação aos outros prédios de administração pública, pois eram orientadas pelas legislações desse período que definiam padrões para suas estruturas. Nota-se com esse aspecto que há uma relação direta entre a urbanização da cidade com os grupos escolares, através da sua estrutura arquitetônica.

Partindo desse pressuposto, menciona-se que a pesquisa foi fundamentada no entendimento de que “a expansão documental começa com a gradual multiplicação de possibilidades de fontes textuais – isto é, fontes tradicionalmente registradas pela escrita”. (BARROS, 2010, p. 03). Sendo assim, as fontes escolhidas foram decretos e legislações, regimentos internos das escolas, mensagens dos governadores publicadas anualmente e estão disponibilizadas pelo Instituto Histórico Geográfico do RN e Arquivo Público do RN, caracterizadas como oficiais.

As fontes históricas, matéria básica do pesquisador, remetem ao que o homem tem produzido ou trazendo vestígios de sua referência e pode proporcionar um acesso à compreensão do passado. Como também são escolhas, tendo em vista que se compreende como seleções de um material de quem o produziu, conservou e organizou os arquivos. Portanto, elas não falam por si, o pesquisador necessita ir além do que está descrito.

Por isso, a pesquisa documental se fundamenta também no método indiciário. E referente ao ensino profissional, os indícios mostram que as ações do Estado foram pautadas nas criações de escolas, cursos e subvenções. Porém, considerando aquilo que o Estado pode determinar como conservação nos documentos oficiais. Dentro dessa perspectiva, através dos documentos oficiais dos resultados do mapeamento observa-se que os indícios do ensino profissional no Estado do RN são significativos pelas criações dos cursos e de escolas.

Na pesquisa, foram analisados 492 (quatrocentos e noventa e dois) documentos em que evidenciam estratégias do Estado do RN referente ao ensino profissional de iniciativas como: a criação de escolas, cursos e subvenções. Dentre as ações do Estado do RN foram identificadas as criações de instituições voltadas ao ensino profissional na Primeira República, a saber: a Escola Normal de Natal, Escola de Música, Faculdade de Farmácia de Natal e Escola Doméstica de Natal.

A Escola Normal de Natal como uma das ações referente ao ensino profissional no Estado com vistas a formação de professores. Ela foi inaugurada em 13 de maio de 1908, após a reforma de instrução pública do ensino primário no Estado do RN, com planos de formar os professores para a atuação nas escolas primárias, instaladas no estabelecimento do Atheneu Norte-rio-grandense. Já as cadeiras eram realizadas através de contrato, com a direção de Francisco Pinto de Abreu. (SILVA, 2013, p. 81-82).

A Escola de Música também foi uma criação do Estado do RN no que se refere ao ensino profissional, através da sua reorganização, em 1909, com o Decreto Estadual nº 192, de 12 de março, que afirmava, no Art. 2º, “A Escola de Música funcionará no Teatro Carlos Gomes e terá um diretor, um secretário e um porteiro, os quais exercerão também estas funções no referido teatro.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1909, p. 62-63).

A Faculdade de Farmácia de Natal foi criada em 1923, pelo governador Antônio José de Mello e Souza. Importa dizer que durante a gestão de José Augusto Bezerra de Medeiros (1924-1927), o ensino foi suspenso, tendo em vista uma reforma educacional realizada pelo Governo Federal, a qual alegava que o Estado do RN não teria condições financeiras para sua manutenção. Desse modo, o curso de Farmácia não teve como prosseguir nesse período, formando apenas uma turma que colou grau no ano de 1925, com apenas dois concluintes. (GARCIA, 2008).

AEscola Doméstica de Natal foi inaugurada no início do século XX, em 1914, como a primeira voltada para o sexo feminino e baseada no modelo europeu, a partir do

anseio do seu fundador, Henrique Castriciano de Souza, que tinha um projeto social que contemplava sua criação. Dentre as suas características pode-se alegar que era elitista e não tinha proposta de ser uma escola popular, uma vez que havia o valor da mensalidade e a rigidez nas vagas. (RODRIGUES, 2007, p. 83-84).

Dentre as ideias que embasaram a criação da Escola Doméstica de Natal a de educar a mulher para o lar era uma delas, pois a ela “era atribuído papel relevante na manutenção da ordem, moral dos costumes e na preservação dos laços familiares. ” (RODRIGUES, 2007, p. 96).

Referente ao alunado afirmar-se que foi exclusivamente feminino, a Escola funcionava como internato e externato, atendendo pessoas que moravam no RN e regiões próximas. Na escola, a “[...] aluna deveria adaptar-se a um estilo de vida ritmado pela disciplina e obediência.” (RODRIGUES, 2007, p. 141).

É fundante dizer que o contexto da cidade do Natal favorecia as subvenções para as instituições das escolas primárias privadas, tendo em vista a carência de estabelecimentos com boas condições para acolher o alunado. Sendo assim, a Igreja Católica assumia de forma significativa essa rede de ensino privada.

Assim, diante das escolas, cursos e intuições subvencionadas no RN, compreende-se que a Primeira República não difere tanto do Império no que se refere ao ensino profissional, uma vez que são realizadas “mesmas tentativas: Escola Normal, Escolas Profissionais de nível elementar, Escola Aprendizes de Marinheiros. ” (ARAÚJO,1979, p. 159).

3.CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a discussão aqui apresentada referente ao período compreendido da Primeira República, concernente ao ensino profissional, percebe-se pela análise documental que os governadores aduziam os ofícios como expressão desse tipo de ensino, associados às iniciativas de criação como: Escola Normal, Escola de Música, da Faculdade de Farmácia e Odontologia, referência no ensino superior. E subvenção à Escola Doméstica de Natal.

Através do mapeamento do ensino profissional no RN, na segunda seção, como foi mencionado, constatamos que de 1910 a 1919 as ações do Estado do RN caracterizaram-se como o período em que o governo estadual organizou a criação de maior quantidade de cursos, isso se deve ao Código de Ensino (1911), como também ao contexto da República, que tinha o intuito de difundir as suas ideias através da educação norte-rio-grandense. É relevante mencionar que as criações de escolas e cursos perpassaram por um processo de decisão do Estado do RN de acordo com cada período, levando em consideração as motivações dos gestores e o contexto social e político norte-norte-riograndense.

As subvenções também expressam a parceria público-privado como forma de atender os interesses e acordos políticos da época. Nesse sentido, pode-se ainda refletir sobre as poucas ações do Estado do RN quanto ao ensino profissional, fato esse que coincide com o contexto brasileiro, pois assim como no Império a intervenção estatal é mínima na República. Além disso, pode-se mencionar que o Estado tinha a concepção de que o Ensino profissional deveria ocupar o lugar secundário no RN e isso foi expresso a partir das escolas, cursos e subvenções. As fundações das escolas surgiram a partir das demandas da sociedade e foram organizadas tendo em vista esse fator.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marta Maria de. Origens e Tentativas de Organização da Rede Escolar do Rio Grande do Norte - Da Colônia à Primeira República. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1979.

BARROS, José D’Assunção. Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. **Revista Albuquerque**, v. 3, n. 1, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata.** 2. ed. São Paulo: Unesp; Brasília: Flacso, 2005

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação. 1995, ed.

GARCIA, Odilon de Amorim. **A história da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.** Natal, RN: EDUFRN, 2008.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 192, de 12 de março de 1909. Reorganiza a Escola de Música. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo** (1908-1909). Natal: Typographia d’A República, 1909b. p. 62-63.

RODRIGUES, Andrea Gabriel F. **Educar para o lar, educar para a vida: cultura** escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica de Natal (1914-1945). 2007. 306p. (Tese Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal. 2007.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução Econômica do Rio Grande do Norte:** século VI ao XX. Natal: Clima, 1994.

SILVA, Francinaide de Lima. **A Escola Normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971)**. 2013. (Tese Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal. 2013.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **História do Rio Grande do Norte.** Natal: Editora do IFRN, 2010.